

## 2. PLANEJAMENTO

O planejamento se constitui como uma das principais funções administrativas, que irá estabelecer os objetivos, em função dos recursos em caixa, para conseguir atingi-los de maneira eficaz. De maneira simples, uma pessoa pode planejar os gastos que terá ao longo do mês, incluindo até uma cota para possíveis imprevistos financeiros.

Conforme Oliveira (1996), planejamento, pode ser definido um processo que considera vários aspectos, para alcançar uma situação desejada de forma eficiente e com melhor aproveitamento de esforços e recursos.

Segundo Nakagawa (1993, p.48), planejamento é o ato de tomar decisões, antecipando o que ocorrerá realmente, que envolve uma, entre varias, alternativas de possíveis ações.

Segundo Ackoff (1974) planejamento é um processo de tomada de decisão, é algo que se faz antes de colocar em pratica um plano, decidindo o que fazer e como, antes de agir. É um meio que se destina a reduzir a frequência de erros ao explorar a oportunidade.

Para Hoji (1999) o planejamento é o estabelecimento de ações que serão executadas de acordo com determinadas condições. Isto deverá acontecer simulados com o intuito de estimar a quantidade de recursos financeiros necessários, bem como designar papéis e atribuir responsabilidades, para atingir os objetivos desejados.

Segundo Oliveira (1999) o planejamento é o ato de planejar, de forma geral, as tarefas realizadas antes de começar qualquer coisa, decidir antecipadamente, o que será realizado na busca de seus objetivos. Sendo assim, planejamento é o reconhecimento da necessidade de se fazer algo, reconhecendo problemas que precisam ser resolvidos. Indivíduos e organizações praticam o planejamento, assim, uma pessoa ao elaborar o orçamento deve determinar o quê e o quanto gastar mensalmente, de forma que o gasto total não ultrapasse os seus recursos, com o objetivo de proporcionar recursos suficientes para atender as necessidades.

O planejamento consiste em tomar decisões sobre objetivos e recursos necessários para realizá-los. A organização consiste em tomar decisões sobre a divisão de recursos para realizar tarefas e objetivos. A direção compreende as decisões que acionam recursos, especialmente pessoas para realizar tarefas

e alcançar os objetivos. O controle consiste em tomar decisões e agir para assegurar a realização dos objetivos. (MAXIMIANO, 2000)

Para Braga (1995, p. 228):

“O planejamento significa definir antecipadamente:

- Os objetivos das ações preestabelecidas (O QUE se deseja alcançar)
- A forma pela qual as ações serão desenvolvidas (COMO será feito)
- Os meios físicos, tecnológicos, humanos e etc. e os recursos Financeiros necessários (COM QUE e POR QUANTO será feito)
- Os prazos de execução e as épocas de conclusão de cada etapa Do plano (QUANDO será feito)
- “Os responsáveis pela execução das etapas do plano (POR QUEM será feito)”

Braga (1995, p.228) também coloca que: “o planejamento empresarial constitui um processo sistemático e contínuo de tomada de decisão no presente com vistas à consecução de objetivos no futuro”.

Para os autores Stoner e Freeman (1994, p.5) a Administração é: “O processo de planejar, organizar, liderar controlar os esforços realizados pelos membros da organização e o uso de todos os outros recursos organizacionais para alcançar os objetivos estabelecidos. Não podemos esquecer que os conceitos sofrem suas alterações conforme o ambiente organizacional.”

Maximiano (1995) afirma que o planejamento compreende fatos de tempo e de incerteza, como fator de decisão. Seu conceito reúne o processo de definição dos objetivos e os meios para atingi-los, passando de uma situação conhecida para uma desejada, dentro de um tempo determinado previamente, em que as decisões tomadas afetarão o futuro.

O planejamento na sua relevância busca efetuar um diagnóstico da realidade atual, procura investigar e identificar através de análise, interpretando as informações, as ações e operações que deverão ser realizadas, visando atingir a situação almejada e estabelecidas com prioridades administrativas.

Desta forma, pode verificar que o planejamento consiste na determinação do que devera fazer no presente para alcançar uma situação desejada no futuro, com base nos recursos disponíveis.

## 2.1. Planejamento Financeiro

Fiscalizar o patrimônio é uma preocupação do homem desde a antiguidade, o qual foi mais intenso à medida que as relações entre os homens foram tornando-se mais complicadas. Com a evolução da história e o aparecimento da globalização, dos avanços tecnológicos, bem como com a disseminação cada vez mais rápida das informações, instigou-se a competitividade local e global, sendo preciso mais do que o controle do patrimônio, a manutenção de sistemas de planejamento capazes de projetar a situação desse patrimônio para períodos futuros.

Organizar gastos é uma questão de avaliar o que realmente deve ser despendido com o objetivo de chegar ao final do mês com um saldo positivo, obtendo-se um excedente monetário que pode ser aplicado em projetos pessoais e familiares.

Planejamento financeiro é o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal. Permite que você controle sua situação financeira para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida. Inclui programação de orçamento, racionalização de gastos e otimização de investimentos (MACEDO, 2007, p. 26).

Ainda segundo Macedo (2007), vive-se em uma sociedade onde os cidadãos recebem diariamente várias mensagens, em todas as direções e em todos os formatos, incitando-os ao consumo de novas mercadorias, ou à substituição das que possuem por outras, ou à aquisição de algumas que eles até nem precisem em determinado momento. São publicações em outdoors, e-mails, telefones celulares, no rádio do carro ou do ônibus, na televisão, em casa ou no trabalho, no amigo ou colega de trabalho que está sentado ao lado, enfim, em todos os lugares o que se vê são mensagens e mais mensagens mostrando como gastar mais e mais.

Frankenberg (1999) afirma que é preciso haver uma conscientização por parte das pessoas para que as mesmas saibam o que é necessário para a vida, em comparação com os objetivos, e planos de curto, médio e longo prazo. Na maioria das vezes, aquele dinheiro gasto com coisas supérfluas poderia ser poupado para investir numa capacitação profissional, o que poderia significar uma melhoria na condição financeira, contribuindo para o bem-estar pessoal.

Segundo Ross (1998, p.82), Planejamento Financeiro formaliza a maneira pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Em visão mais clara, um plano financeiro significa uma declaração do que a pessoa deve realizar no futuro.

Segundo Groppelli, Nikbakht (1998), para obter um planejamento com um melhor resultado ele deve ser flexível, permitindo estratégias alternativas para substituir os planos existentes quando os desdobrando econômicos financeiros divergirem dos padrões esperados.

Ainda em Groppelli, Nikbakht (1998) o planejamento financeiro envolve os prazos adequados dos investimentos evitando assim a expansão excessiva dos recursos. Após a decisão financeira ter sido tomada, deve haver o monitoramento, se o plano original não der certo, ou seja ficar abaixo das expectativas, torna-se necessário uma solução imediata.

Já para Macedo (2007, p. 26) planejamento financeiro é o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal. Permite que você controle sua situação financeira para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida. Inclui programação de orçamento, racionalização de gastos e otimização de investimentos.

Segundo o site FINANCENTER (2012) planejamento financeiro é um processo racional de administrar sua renda, seus investimentos, suas despesas, seu patrimônio, suas dívidas, ou seja, nada mais é do que decidir antecipadamente o que vai ser feito com o dinheiro em um período de tempo determinado, onde tudo é anotado em uma planilha de controle de gastos.

O ambiente macroeconômico é de vital importância e influencia diretamente nas decisões tomadas pelos indivíduos, como se observa em Meurer e Samohyl (2001, p.07).

Ainda em Meurer e Samohyl (2001), A contribuição do planejamento financeiro pessoal passa a ser importante e torna-se ferramenta de auxílio fundamental àqueles que necessitam reajustar suas receitas e gastos domésticos, planejar uma viagem, adquirir algum bem ou provisionar recursos para a aposentadoria garantindo o conforto da família. Assim, planejar o orçamento financeiro pessoal ajudará a organizar as receitas, despesas, bens, seguros, planos de previdência e sonhos.

De acordo com Frankenberg (1999, p.31), planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a

acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo, e não é tarefa simples atingi-la.

Em geral, as pessoas da classe média, quando solicitadas a dizerem para onde vai o salário, só conseguem lembrar de aproximadamente 80% daquilo que gastam, ou seja, não conseguem discriminar cerca de 20% de suas despesas. Quando as pessoas começam a anotar os gastos, já costumam reduzi-los em cerca de 12%. Isso acontece porque o ato de anotar faz você pensar duas vezes antes de gastar (MACEDO, 2007, p. 36).

Conforme Frankenberg (1999), de forma geral, no Brasil existe pouca ou nenhuma educação financeira, muitos anos de inflação, desinformação e erros cometidos por sucessivos governos do passado resultaram em conceitos errôneos de planejamento financeiro.

Um planejamento financeiro bem feito é indispensável à vida das pessoas, porque possibilita saber, com antecedência, que caminhos estão sendo trilhados, visando maximizar os resultados econômico-financeiros. Isso trás tranqüilidade e menos estresse à vida das pessoas.

Desta forma vê-se que o planejamento financeiro pessoal envolve planejar os gastos, definir as necessidades e eleger as prioridades dentro da renda disponível. O planejamento financeiro auxilia a compreender hábitos de consumo, identificar objetivos e atingir metas. Fixar um orçamento pessoal não é fácil, mas é essencial para quem planeja o próprio futuro e da família com qualidade e tranqüilidade.

## **2.2. Finanças Pessoais**

As tomadas de decisões devem ser feitas com bases em experiências, valores morais, conhecimentos, assim como na tomada de decisões na vida financeira, precisamos ter um conhecimento para tomarmos a decisão certa, a cultura do brasileiro quanto a finanças pessoais é péssima.

Pois segundo Kiyosaki (2005, p 14), as escolas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais, mas não nas habilidades financeiras, com isso a população brasileira não soube administrar o seu próprio dinheiro, e o sistema educacional brasileiro, não soube proporcionar essas informações, ficando sob

responsabilidade do ambiente familiar e do interesse de cada um em adquiri-lá, porém no Brasil, nem as famílias, nem tampouco as pessoas em individual, tiveram interesse em adquirir tais informações financeiras, ficando assim com dificuldades financeiras, principalmente após o Plano Real, quando ocorreu a estabilização econômica.

No Brasil início dos anos 80 por motivos de dificuldades complexas da nossa economia, e por agravamentos das políticas externas, porém, mesmo diagnosticados os problemas, o governo optou em manter o nível de crescimento da economia, só que “[...] as medidas para sustentar o crescimento eram pouco consistentes e revelaram-se inadequadas para as circunstâncias”. (Brum, 2002, p. 388), isso porque com o elevado nível de dependência da economia brasileira com o exterior o país tornou-se altamente vulnerável as instabilidades econômicas externas.

Em Bresser-Pereira (2002) também se observa que com a crise durante a década de 80 a economia brasileira teve uma grande dificuldade de retomada ao crescimento resultando na virtual paralisação do Produto Interno Bruto-PIB e contribui também para o aumento das desigualdades de renda.

Bresser-Pereira (2002) fala que naquela época, o governo financiava as dívidas pagando taxas que variavam diariamente no mercado, e distribuía os benefícios aos Estados e Municípios, com pelo menos 01 mês de diferença, sem correção, ganhando assim na taxa da inflação.

Nesse período o empresário era obrigado a reajustar os preços dos produtos e serviços semanalmente, no mínimo, e presenciava os ativos desvalorizarem caso não os protegesse adequadamente; os consumidores, autônomos, investidores, entre outros, apesar de aplicarem suas economias a taxas de até 50% ao mês, não tinham noção do desgaste que o dinheiro sofria no tempo, além disso, não conseguiam fazer qualquer tipo de planejamento para compras de bens duráveis, ou seja, não havia muitas linhas de crédito ao consumidor, de imóveis ou de aplicação financeira, pois não se sabiam que aconteceria nos meses seguintes, a qualquer momento um novo plano econômico poderia ser divulgado. (BRESSER-PEREIRA, 2002).

A impressão de insegurança sobre as direções da economia e das principais variáveis como juros, câmbio e inflação exigia dos poupadores e daqueles que contraíam dívida, acompanhamento diário dos saldos, tamanha a variação de preços

e taxas de juros. Esta posição de desconforto com relação às finanças pessoais provocava enorme ansiedade nos investidores e tomadores de empréstimos em como amparar-se para preservar o capital ou controlar a elevação do saldo devedor. (BRESSER-PEREIRA, 2002).

Assim, segundo Brum, (2002, p.430) durante mais de dez anos o país passou a conviver traumáticamente com os fantasmas da recessão, do descontrole inflacionário e do agravamento dos problemas sociais, acrescidos de indecisões, tentativas frustradas e incertezas.

Com a criação do Plano Real, em 07 de dezembro de 1993, segundo (Brum, 2002, p.482) veio o objetivo de estabilizar a moeda, atacando as causas básicas da inflação.

Ainda em Brum (2002, p.482) o êxito na consecução desse objetivo imediato representaria o primeiro passo fundamental para a nova etapa de desenvolvimento econômico e social, em bases sustentáveis e duradouras. Depois de mais de uma década de sucessivos fracassos e incertezas, o país passaria a ter um rumo, definindo-se as linhas gerais de um novo projeto nacional, em bases consistentes e com possibilidade real.

Em Rego e Marques (2003, p.234) o Plano Real foi o plano de estabilização econômica de maior sucesso que o Brasil já teve, sem dúvida alguma trazendo uma série de benefícios para economia brasileira.

Porém, na fase pós-real, a inflação caiu, o ambiente econômico tornou-se mais estável e previsível, mas a equação básica do crescimento não foi solucionada. Bodie e Merton (1999, p. 26) esclarecem que finanças pessoais “é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo.” Para Ferreira (2006, p. 17) ela é “a arte e a ciência de gerenciamento do dinheiro das pessoas.” Assim, é possível entender que as finanças pessoais é a ciência de administrar fundos, sendo assim critérios de planejamento e métodos de organização dos recursos financeiros dos indivíduos.

Ferreira (2006) estabelece três processos para administrar as finanças pessoais: o primeiro é o planejamento do que fazer com o dinheiro; o segundo é organização dos hábitos de consumo e investimento; e o terceiro é o controle dos resultados de acordo com o que foi planejado anteriormente.

A intermediação financeira no Brasil é controlada pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN). Ele é formado por diversas instituições, cada uma com sua função específica e com o objetivo de manter a economia estável.

Quando as pessoas obtêm renda é necessário que elas tenham controles para que seus recursos durem o máximo possível. Para isso, é preciso organizar hábitos, controlar e planejar investimentos e gastos.

Segundo Yves (1998, p. 285), “orçamento é a previsão limitadora das quantias monetárias que devem ser utilizadas como despesas e receitas, ao longo de um período determinado, por um indivíduo ou por uma sociedade”, ou seja, passar para o papel as intenções sobre as despesas e as receitas, podendo ser o para um mês, um semestre ou, para um ano. O ponto principal para desenvolver um plano financeiro é o conhecimento dos valores, objetivos e prioridades, os objetivos devem mostrar de forma clara os desejos e necessidades, com as reais possibilidades de atingi-los.

Crane (1987, p.21), “planejamento financeiro pessoal e estabelecimento de alvos são o primeiro passo para elaborar um orçamento bem sucedido. Um orçamento simplesmente expressa em valores monetários os alvos e objetivos que foram previamente fixados”.

Em primeiro lugar, para se conseguir bons resultados no planejamento das finanças pessoais, necessita-se dividir o orçamento financeiro pessoal em três partes: despesas, receitas e reservas. Nas despesas colocam-se tudo que é gasto, tais como, moradia, alimentação, saúde, educação, transportes, lazer, etc. Ainda nesse grupo pode-se fazer a divisão em dois subitens: as despesas fixas, ou seja, aquelas que são contínuas todos os meses; e as despesas variáveis, que são gastos que aparecem uma vez ou outra. Não se pode esquecer, de citar ainda, a essencialidade das reservas de investimentos para a construção de um futuro tranquilo.

Crane (1987, p.22), “o dinheiro pode tornar-se um servo útil ou um senhor terrível. A chave para o sucesso financeiro é poder dizer ao dinheiro aonde ir, e não tentar descobrir onde ele foi”. Segundo Christ, a planilha financeira é uma maneira gratuita, simples e eficiente para administrar o orçamento financeiro pessoal. O controle das receitas e despesas permitirá que além de organizar as finanças, se possam verificar os limites de gastos e ver para onde estão indo as economias.



Conforme o Infomoney (2007) formar uma planilha de controle de gastos é mais fácil do que parece. Primeiramente basta criar duas colunas, relacionando todas as receitas e despesas, de forma que possa calcular quanto falta ou sobra no final do mês. Para se organizar melhor a idéia é dividir em categorias, como alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde, transporte, lazer, e economias. Assim a pessoa saberá quanto está gastando com cada categoria e poderá identificar qual item pode ser cortado ou reduzido das despesas.

É importante destacar que ao iniciar um planejamento financeiro, é necessário descobrir o valor total da renda, em seguida, dos gastos, Especificando as despesas fixas e também as despesas variáveis. Segundo Eid Júnior e Garcia (2001, p.09), “a definição de um plano financeiro exige um pouco de tempo e dedicação, mas os resultados são muito compensadores”.

Após o levantamento e classificação das despesas, é aconselhável que a pessoa elabore uma planilha e faça o controle diariamente por um período no mínimo de três meses, assim poderá verificar quais despesas consome mais ou menos do seu orçamento.

Depois do primeiro mês a pessoa deve impor metas de consumo e assim verificar no decorrer do mês, se as despesas irão ou não ultrapassar as metas impostas e assim realizar o controle. Segundo Eid Júnior e Garcia (2001, p.09), “um bom modelo de planejamento financeiro leva em conta todos os fatores que podem ter impacto sobre a sua vida financeira”.

Os orçamentos são fundamentais para o planejamento e o controle das finanças pessoais. Fornecem ajuda à tomada de decisão e estabelecem um compromisso com os objetivos determinados. Segundo o Infomoney (2007) a elaboração de um orçamento facilita o planejamento, o que, por sua vez, permite que o investidor alcance os objetivos financeiros de forma mais eficiente. Conforme o site COMO INVESTIR, Ele deve ser simples, incluindo suas receitas e todas suas despesas. Um orçamento lhe dará exata dimensão de quanto ganha, e principalmente quanto precisa para realizar seus sonhos.

Para ajudar no correto planejamento financeiro, é necessário que as pessoas registrem os gastos e planejem necessidades futuras, ou seja, é preciso que tenham um orçamento pessoal para usarem como ponto de partida. A partir da organização financeira, elas estarão capazes de conhecer melhor as receitas e, conseqüentemente, avaliar alternativas de investimentos.

O palestrante e consultor em finanças pessoais Erasmo Vieira em entrevista ao site Empregos (2007), diz que se a saúde financeira, pessoal e familiar, não estiver bem, todo o resto é comprometido. Ter bom senso no uso adequado do dinheiro e ter o hábito do planejamento financeiro indiscutivelmente contribuirá para uma qualidade de vida sadia. O brasileiro, não tem inserido na cultura o hábito do planejamento financeiro, o que é resultado de décadas de inflação, período em que realmente era muito difícil planejar alguma coisa. Portanto, felizmente hoje se vive uma nova realidade, na qual independente de quanto se ganha, é possível aprender a viver bem, com qualidade de vida e planejando o futuro.

Ainda conforme Vieira (2007), “ao projetar e querer manter um padrão de vida material acima da realidade financeira, a qualidade de vida da pessoa certamente será prejudicada, uma vez que a pessoa se tornará estressada, não podendo alcançar seus planos, e nem podendo conseguir dormir direito e até obter problemas mais sérios como gastrite ou úlcera. A inexistência do planejamento financeiro pode deixar uma boa parcela das pessoas assim, com problemas sérios de saúde”.

Segundo Zerrenner (2007) é através da educação financeira que o indivíduo poderá mudar suas preferências e monitorar seu comportamento a respeito do ato de consumir e assim gerar poupança, uma vez que poderá alterar os incentivos e modificar as regras que caracterizam essas ações.

Ainda Zerrenner (2007) a educação financeira deve prover as pessoas com habilidades de tomar decisões que melhorem as habilidades dos indivíduos de pesar alternativas, explorar oportunidades e atingir os objetivos pessoais.

Portanto é indispensável um processo de reeducação financeira juntamente ao planejamento das finanças pessoais para que se possa viver em paz com o dinheiro e para que a questão financeira não seja um problema na vida das pessoas.

### **2.3. Finanças Comportamentais**

O estudo sobre as finanças comportamentais surgiu por meio de análises de estudiosos sobre o comportamento do ser humano na tomada de decisões, foi detectado que ele é influenciado pelas emoções na hora da tomada de decisões.

Segundo Halfed e Torres (2001, p.65), “O surgimento das Finanças Comportamentais no meio acadêmico remete ao final da década de 70, com a

publicação dos trabalhos de Kahneman e Tveski (1979) sobre o comportamento e o processo de tomada de decisão do ser humano em situações de risco.”

Segundo Sewell, (2007) as finanças comportamentais estudam o impacto da psicologia no comportamento econômico e o efeito nos mercados financeiros. Sendo assim, essa área de estudo tem objetivo de verificar como os investidores agem e interpretam as informações para a tomada de decisão de investimento.

Para Macedo Jr. (2207, p. 75), as finanças comportamentais verificam a questão do processo de tomada de decisão e mostrar que os investidores agem sempre racionalmente nas decisões financeiras.

Lintner (1998, *apud* MARCON *et al.*, 2005, p. 2 *apud* SILVA *et al.*, 2008, p.2) “define finanças comportamentais como os estudos por meio dos quais os investidores interpretam e agem frente às informações para decidir sobre investimentos.”

Martins (2004, p. 48) ressalta que, o ser humano é resultado mais das suas emoções do que das suas habilidades técnicas. O conhecimento levará o investidor a alcançar o seu objetivo se as suas emoções estiverem de acordo com tal, se as suas emoções forem inadequadas não conseguirá. A trajetória financeira se da em três pontos: como se ganha, como se gasta e como se conserva o dinheiro.

Um dos efeitos, que provoca a tendenciosidade no processo decisório dos indivíduos, pode ser explicado pela Teoria de Perspectiva, na qual demonstra que os indivíduos têm repulsa ao risco para ganho, mas não ao risco em situações de perdas (KANEHMAN e TVERSKY, 1979).

Esse comportamento explica o motivo pelo qual há investidores que não se desfazem de ativos que estão sempre em queda, para eles se desfazer é visto como perda, eles esperam que o mercado melhore. Percebem-se ai dois fatores, falados por Bazerman (2004): “o excesso de confiança e o otimismo dos indivíduos”.

Segundo Basso (2003), esse comportamento vai contraria a Teoria Moderna de Finanças, pois sua base é buscar aumentar ao maximo a utilidade esperada, já às finanças comportamentais vêem do principio que os agentes financeiros tomam decisões que não são esperadas de acordo com a expectativa racional.

Contudo, como demonstra Ferreira (2008), as finanças comportamentais tentam incluir aspectos psicológicos para mostrar situações praticas que não são explicadas na Teoria Moderna de Finanças.

As finanças Comportamentais buscam explicar e ampliar a visão dos elementos que provocam repulsa nas decisões financeiras dos indivíduos, e juntamente com a Educação em Finanças Pessoais, mostrar que os padrões comportamentais buscam provar que as emoções e divergências de comportamento são realmente previsíveis e podem modificar as decisões mostrando que o indivíduo pode ter domínio sobre suas atitudes tornando-as mais racionais e influenciar o mercado financeiro.